

Dialogando e conhecendo as realidades do Campo: contribuições metodológicas do processo de Atualização e Qualificação do PTDRS do Vale do Mucuri – MG

¹Gabriel Dayer L. de B. Moreira, ²Erasmo C. Almeida, ³Rosamaria S. P. Loures, ⁴Leonel de O. Pinheiro, ⁵Antônio de B. Assumpção

¹ Grupo de Extensão e Pesquisa em Agricultura Familiar dos Vales – GEPAF. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – Campus Diamantina, Diamantina-MG - dayergabriel@gmail.com

² Grupo de Extensão e Pesquisa em Agricultura Familiar dos Vales – GEPAF. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – Campus Mucuri, Teófilo Otoni-MG - erasmoalmeida@ymail.com

³ Grupo de Extensão e Pesquisa em Agricultura Familiar dos Vales – GEPAF. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. rosalooures@gmail.com

⁴ Grupo de Extensão e Pesquisa em Agricultura Familiar dos Vales – GEPAF. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – Campus Mucuri, Teófilo Otoni-MG – leotombos@hotmail.com

⁵ Grupo de Extensão e Pesquisa em Agricultura Familiar dos Vales – GEPAF. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – Campus Mucuri, Teófilo Otoni-MG – tonicobarros@yahoo.com.br

Resumo

Mudanças no contexto e abordagem da política de desenvolvimento territorial trouxeram a necessidade de um ciclo de atualização do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS do vale do Mucuri - MG. A primeira versão do Plano foi elaborada em 2005 com referência no Diagnóstico Participativo da Agricultura Familiar. Para aprimorar e qualificar o processo de gestão, o Grupo de Extensão e Pesquisa em Agricultura Familiar da UFVJM e a Associação Regional Mucuri de Cooperação dos Pequenos Agricultores - ARMICOPA executam, desde dezembro de 2009, o projeto “Atualização e Qualificação do PTDRS do Mucuri - MG”. A opção metodológica do projeto referencia-se na pesquisa-ação como premissa para a construção participativa e empoderamento dos sujeitos sociais. Além dos diálogos e aproximação com as realidades do campo, a metodologia proporcionou a formação de um grupo pesquisador atento a suas questões e desafios concretos, ampliando a rede de pessoas qualificadas para viabilizar uma proposta de (des)envolvimento centrada no fortalecimento e valorização cultural da Agricultura Familiar e dos Povos Tradicionais. Espera-se que a socialização da experiência da primeira fase do projeto ofereça subsídios para elaboração de planos estratégicos em outros territórios.

Palavras chaves: Território da Cidadania do Vale do Mucuri; Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável; Agricultura Familiar;

1 Considerações iniciais

De uma forma geral, podemos conceber o Território como “a integração de realidades e redes socioeconômicas, políticas, institucionais e culturais que variam dependendo da escala (local, regional, nacional e internacional)” (SAYAGO, 2007). Nos espaços rurais a territorialidade relaciona-se *intrinsecamente* com o ambiente e os saberes locais, expressando-se nas distintas formas organização sociocultural e produtiva de suas populações¹.

¹ Little (2002) define territorialidade como o “esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu *território*”.

Localizado no nordeste de Minas Gerais, o território do vale do Mucuri é constituído por 27 municípios organizados em 5 microrregiões: Leste, Noroeste, Norte, Oeste e Sul. A distribuição populacional evidencia o forte caráter rural da região se comparada ao Brasil, a região Sudeste e ao estado de Minas Gerais. Dos 431.840 habitantes, 160.644 (37,2%) residem em áreas rurais e 1/3 dos municípios apresentam mais 60% da população no campo (IBGE, 2007).

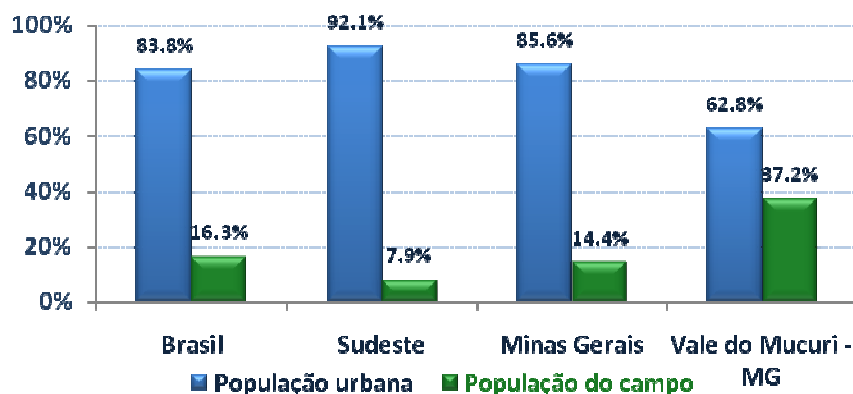


Gráfico 1 - Distribuição comparada da população urbana e do campo. Fonte: IBGE, 2007

A heterogeneidade das populações do campo evidencia formas de organização e valores próprios, e diferentes vínculos com ecossistema local. São comunidades agricultoras, indígenas, quilombolas, artesãs e pescadoras, que se reproduzem sócio-culturalmente e criam laços de identidade. A maioria dos sistemas familiares de produção resiste ao modelo de “desenvolvimento” pautado na utilização de insumos agrícolas externos e monoculturas, sendo notável intensa diversificação produtiva para autoconsumo e comercialização em pequenas feiras locais. Cerca 24 mil famílias de agricultura familiar residem no Território (ARMICOPA, 2005).

Por se pautarem na centralização de gestão e pulverização de ações, as políticas públicas implantadas no vale do Mucuri nas últimas décadas mostram-se incapazes de trazer mudanças e desenvolvimento social ao campo. A ineficácia de tais políticas vincula-se a inexistência de esforços para efetivação da participação popular nos processos decisórios nas esferas locais e regionais e, conseqüentemente, ao desconhecimento das potencialidades e desafios dos espaços rurais.

Uma das premissas da abordagem territorial do desenvolvimento rural sustentável é a organização dos sujeitos sociais em estruturas locais organizadas, sendo este “um caminho para que possam obter a cooperação necessária para participarem de processos sociais e econômicos de cujas oportunidades de aproveitamento encontravam-se até então excluídos” (ABRAMOVAY, 2005).

Nos últimos anos, os debates a cerca do desenvolvimento territorial ganharam visibilidade no Brasil e oferece subsídios para políticas e programas do governo federal, que cria os programas *Territórios Rurais* (em 2003) e *Territórios da Cidadania* (em 2008). Na análise de Favareto (2006)

embora o discurso sobre desenvolvimento territorial tenha entrado definitivamente para o discurso acadêmico e governamental na presente década, até o momento trata-se de uma incorporação “por adição” dos novos temas, sem a devida mudança institucional capaz de sustentar a inovação que ela deveria significar.

Justificada por indicadores sociais negativos, a criação do Território Rural do Vale do Mucuri ocorreu em 2003 no âmbito do Programa Nacional de Desenvolvimento de Territórios Rurais da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT. O Território nasce com a proposta de ser um espaço de participação, discussão, proposição, deliberação, implantação, gestão e controle social das políticas públicas de Desenvolvimento Rural Sustentável e, a partir de 2008, o é incluído no Programa Territórios da Cidadania.

As mudanças no contexto e na abordagem da política do desenvolvimento territorial no vale do Mucuri (de rural à cidadania) trouxeram novos desafios e dificuldades de apropriação processual por parte dos agentes de desenvolvimento territorial rural e a necessidade de um novo ciclo de atualização do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS. A partir do diagnóstico participativo da agricultura familiar, em 2005 foi elaborada a primeira versão do Plano com cinco programas estratégicos construídos e aprovados em plenárias territoriais. Para se concretizar e possibilitar avanços na política territorial, a iniciativa carecia de aprofundamentos em eixos temáticos específicos.

Para aprimorar e qualificar os processos de gestão do Plano, o Grupo de Extensão e Pesquisa em Agricultura Familiar da UFVJM - GEPAF Vales e a Associação Regional Mucuri de Cooperação dos Pequenos Agricultores - ARMICOPA executam, desde dezembro de 2009, o projeto “Atualização e Qualificação do PTDRS do Vale do Mucuri, MG”². O presente artigo objetiva, a partir da socialização da experiência metodológica da primeira fase do citado projeto, oferecer subsídios para elaboração de planos estratégicos em outros territórios.

2 Aspectos metodológicos

Cada Território tem seu ritmo, sua própria vivência, seu modo de fazer, que devem se expressar num modo próprio de planejar, de participar, de envolver-se e de comprometer-se com os interesses coletivos pactuados no processo de planejamento e materializados no PTDRS (MDA, 2005)

A opção metodológica da atualização e qualificação do PTDRS do Mucuri referencia-se na pesquisa-ação como premissa para a construção participativa, diálogo de saberes e empoderamento dos agentes de desenvolvimento do território.

Rejeitando as noções positivistas de racionalidade e de objetividade, a pesquisa-ação reconhece a contexto local e os participantes como elementos chave no processo de investigação, contrapondo-se a pesquisa convencional. Nesse tipo de pesquisa social, a comunidade é sujeito e objeto de conhecimento e envolve-se porque a pesquisa responde a seus interesses e preocupações (SOUZA, 1996).

Diferente de muitas abordagens científicas, a pesquisa proposta reconhece que há uma posição adotada frente à realidade observada, que se reflete diretamente na metodologia utilizada. Com isso, no processo de contato com a realidade local há, em algum nível, mudanças naquela realidade e, de forma mais intensa, no/a próprio/a pesquisador/a.

Para melhor atingir os objetivos propostos e o bom andamento da pesquisa, a primeira fase foi dividida nos quatro momentos detalhados abaixo. A figura 1 apresenta uma visão geral das atividades executadas.

² O projeto conta com a parceria com o Colegiado Territorial do Vale do Mucuri, CMDRS's, Prefeituras Municipais, Sindicatos dos Trabalhadores e Associações Comunitárias Rurais, e o Grupo Arana de Agroecologia. Possui apoio financeiro do Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA.

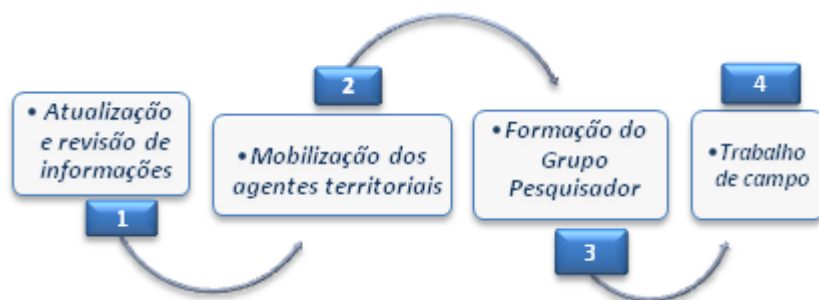


Figura 1 - Etapas da primeira fase do processo de atualização e qualificação do PTDRS

2.1 Atualização de informações e revisão documental do PTDRS de 2005

No primeiro momento de trabalho atualizou-se, junto a órgãos públicos (municipais, estaduais e federais), associações locais e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, dados e a relação de políticas destinadas a agricultura familiar do vale do Mucuri. Realizou-se também a revisão e organização de banco de dados com informações de 506 localidades de agricultura familiar que estava na sede da ARMICOPA, entidade executora do diagnóstico participativo territorial em 2005. Com base em informações geográficas atualizadas fornecidas pelo IBGE foi construído um mapa do Território do Mucuri dividido por microrregiões (figura 2).



Figura 2 - Mapa do Território do vale do Mucuri – MG

2.2 Elaboração de materiais de divulgação e comunicação interinstitucional

Com informações e arquivos de 2005 atualizados, iniciou-se a criação e divulgação de materiais gráficos (cartazes e adesivos), de áudio (vinheta e programa de rádio) e comunicado institucional, vinculado ao site da UFVJM e jornais de circulação regional, sobre o projeto e as visitas nas comunidades rurais. Ocorreram reuniões com os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável, prefeituras municipais e demais órgãos públicos,

sindicatos, associações e lideranças locais, para formalizar parcerias, socializar objetivos do projeto e agenda inicial de trabalho.



Figura 3 - Cartaz de divulgação do projeto

2.3 Formação do grupo pesquisador

O estabelecimento dos grupos temáticos antecedeu as discussões sobre as metodologias adotadas e suas ferramentas, permitindo diversos olhares na escolha e refinamento das técnicas utilizadas. O grupo pesquisador foi composto um grupo de estudo temático, responsável pelo aprofundamento de um tema específico e qualificação das observações, e equipes operacionais, constituídas por membros dos distintos grupos temáticos e responsáveis pela ida a campo. Para além da coleta de informações, o grupo pesquisador teve o papel de ampliar a articulação com os grupos e lideranças de agricultores/as, garantindo a mobilização da comunitária.

A partir do estabelecimento de grupos de diálogos em temas relevantes para o processo foram realizadas discussões sobre as metodologias adotadas no trabalho. A distribuição dos temas entre os participantes foi feito de acordo com a afinidade de cada um, constituindo dessa forma seis coletivos de quatro integrantes cada, sendo estes:

Eixos temáticos					
Terra e Território	Povos Tradicionais	Educação do Campo	Água e Biodiversidade	Agriculturas e Economias	Políticas Públicas

Os temas *Gênero e Geração* e *Organização Social* foram tratados de maneira transversal, perpassando as discussões dos outros temas. A migração e suas conseqüências foram apontadas como um tema importante para aprofundamento, e também será tratado como transversal. Os eixos nortearam as modificações no questionário de 2005, alterando ou incluindo itens para garantir seu tratamento adequado.

Em 2005 foi utilizado um modelo único para os diagnósticos de todas as comunidades visitadas. Nesta atualização os grupos temáticos e as equipes operacionais dialogaram, formando um grupo de análise qualificada para cada tema. Uma das principais dificuldades no diagnóstico de 2005 foi à carência de informações sobre a realidade trabalhada o que, no trabalho de 2010 foi parcialmente superada, possibilitando maior aprofundamento. Para garantir a participação popular no processo do diagnóstico houve o esforço de compreender a complexidade das interações sociais, relação como ambiente e com outros aspectos da agricultura familiar no Território.

O momento de formação do grupo pesquisador contou também com a realização de oficinas sobre duas ferramentas importantes para concretização do que se idealizou com o projeto: *fundamentos da análise estatística e introdução ao georreferenciamento*.

A primeira apresentou alguns elementos de estatística, com vistas à sua aplicação obtenção e análise dos dados a serem obtidos com os questionários. Apresentou também o programa *SPSS Statistics*, que possibilitou, a partir da construção de um espelho de dados, análises estatísticas diversas. Como o Vale do Mucuri apresenta grande diversidade de contextos e realidades, exigiu uma amostragem estratificada. Selecionou-se um erro máximo de 5% para a quantificação das amostras, o que representa cerca de 400 questionários para a Região.

A etapa de preparação para o processo de georreferenciamento foi conduzida a partir da divisão em grupos, uma equipe de coleta e outra de organização e processamento de dados no *software ArcGis*. A *equipe de coleta* concentrou-se nas atividades de configuração e manipulação do GPS e padronização de tabelas e códigos (tabela 1). Já o *grupo de organizadores* concentrou-se principais aplicações e comandos ao programa ArcGis. Ao fim, houve espaço onde as duas equipes, juntamente com os assessores do projeto, discutiram os principais locais a serem mapeados.



Figura 4 - Reunião do grupo pesquisador

Regiões	ID das Regiões	Municípios	ID do Município
Norte	01	Agua Formosas	0101
		Bertópolis	0102
		Crisólita	0103
		Fronteira dos Vales	0104
		Machacalis	0105
		Santa Helena	0106
		Novo Oriente de Minas	0107
		Pavão	0108
		Umburatinha	0109
Oeste	02	Franciscópolis	0201
		Malacacheta	0202
		Pote	0203
		Setubinha	0204
Noroeste	03	Carai	0301
		Catuji	0302
		Itaipé	0303
		Ladainha	0304
Sul	04	Teófilo Otoni	0401
		Frei Gaspar	0402
		Itambacuri	0403
		Ouro Verde	0404
		Pescador	0405
		Campanário	0406
Leste	05	Ataléia	0501
		Carlos Chagas	0502
		Nanuque	0503
		Serra dos Aimorés	0504

Tabela 1 - Identificadores do trabalho de georreferenciamento

2.4 Trabalho de campo

Realizadas as articulações e mobilizações locais e o diálogo entre o grupo pesquisador e as realidades do Território iniciou-se a etapa de campo. O primeiro passo foi a distribuição das equipes operacionais nas cinco microrregiões do território e a definição dos integrantes responsáveis pelo georreferenciamento das localidades. Além do levantamento quantitativo, por meio dos questionários qualificados pela equipe e mapeamento, o trabalho de campo objetivou coletar informações qualitativas por meio de relatórios individuais das/os pesquisadoras/as.

Para oferecer maior qualidade e precisão ao estudo comparativo, buscou-se entrevistar as mesmas famílias visitadas em 2005. A *tabela 2* destaca o número de comunidades e distribuição dos questionários nas microrregiões e municípios. A distribuição irregular das comunidades nas microrregiões pode ser explicada por condicionantes históricos, culturais, de ocupação, político, ambientais, entre outros. O reduzido número de comunidades agricultoras na microrregião Leste, por exemplo, é reflexo de mudanças decorrentes da implantação de grandes monoculturas (cana e pastagem) e do aumento da concentração de terra e renda na

região. Essas alterações são incompatíveis e inviabilizam a reprodução sócio-cultural da agricultura familiar.

Microrregião	Município	Nº Comunidades agricultoras	Nº de famílias (levantadas em 2005)	Questionários da amostra	Questionários aplicados
NORTE	Fronteira dos Vales	13	414	7	10
	Santa Helena de Minas	10	311	6	7
	Águas Formosas	24	920	15	21
	Machacalis	6	208	3	4
	Bertópolis	12	306	5	7
	Novo Oriente de Minas	36	1103	20	20
	Crisólita	14	428	8	7
	Umburatiba	13	116	2	3
	Pavão	16	449	8	8
NOROESTE	Carai	26	1866	31	34
	Itaipé	20	1043	17	18
	Catuji	16	994	17	17
	Ladainha	47	2323	39	43
OESTE	Setubinha	27	1565	27	29
	Malacacheta	30	1775	28	31
	Franciscópolis	13	762	12	14
	Poté	14	1628	27	28
LESTE	Serra dos Aimorés	7	259	4	4
	Nanuque	8	120	5	5
	Carlos Chagas	21	653	10	10
	Ataléia	20	859	15	14
SUL	Teófilo Otoni	67	3287	55	57
	Ouro verde de Minas	17	719	12	12
	Itambacuri	15	692	12	12
	Frei Gaspar	11	533	8	8
	Campanário	7	157	3	3
	Pescador	7	186	3	3
TOTAL		517	23676	399	429

Tabela 2 - Distribuição dos questionários por microrregiões e municípios

Os questionários aplicados apresentavam questões relativas a escolaridade, produção, tamanho e relação com a terra, saúde e saneamento básico, recursos hídricos, acesso a políticas públicas, migração e cultura local e origens étnicas. Algumas vezes as informações desejadas encontravam-se diluídas em locais não facilmente à mostra, sendo importante o desenvolvimento da “escuta sensível” durante o diálogo com as famílias. Outras vezes, as pessoas que possuíam as informações eram pessoas tímidas e precisavam ser incentivadas a dizer.

Diversos fatores, como o grande número de pesquisas de campo que não retornam os resultados e o descaso como historicamente destinado as populações do campo, contribuem para o surgimento de sentimentos de desconfiança e insegurança em algumas famílias. Essa situação é contornada a partir do momento em que há entendimento dos propósitos do trabalho e da importância da participação no processo de construção das ações e políticas destinadas aos sistemas familiares de produção.

O trabalho de georreferenciamento foi acompanhado por agentes dos municípios e comunidades, que informaram a localização dos principais pontos sócioecológicos de interesse nas comunidades (escolas, nascentes, equipamentos de uso coletivos, posto de saúde, igreja, entre outros). Além das coletas dos pontos de localização geográfica, os/as pesquisadores/as responsáveis pelo mapeamento registravam, a partir da percepção da comunidade, outras informações relevantes (situação das unidades escolares, proteção

ambiental, programas de saúde, etc.). A *figura 5* apresenta as comunidades agricultoras mapeadas no território.

TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO VALE DO MUCURI- MG

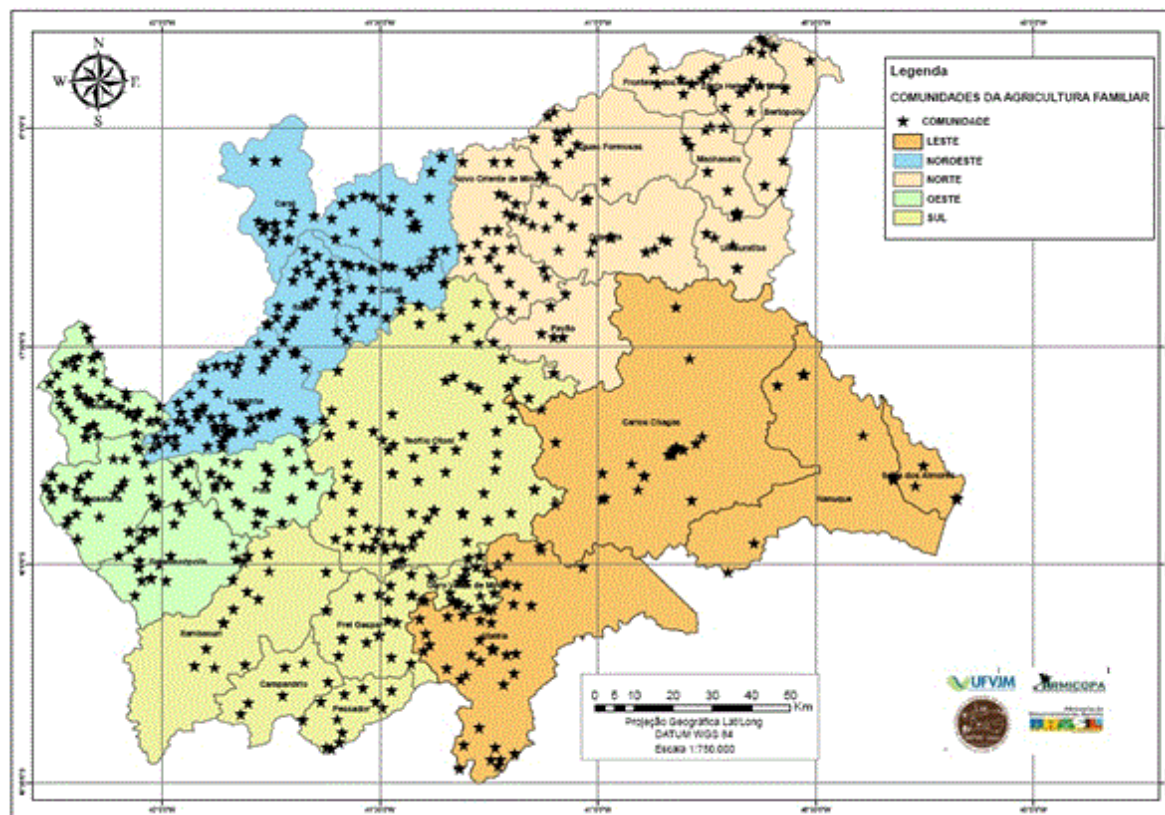


Figura 5 - Comunidades de agricultura familiar no vale do Mucuri, MG. Fonte: GEPAF/UFVJM, 2010

3 Aprendizados e continuidade do trabalho

A primeira fase do processo de atualização e qualificação do PTDRS evidenciou a necessidade de incorporação de processos mais participativos nas iniciativas de Desenvolvimento Rural. Mostrou também que a política territorial adotada pelo governo federal ainda não se incorporou no cotidiano dos/as agentes regionais e das entidades representativas da Agricultura Familiar do vale do Mucuri.

Além dos diálogos e aproximação com as realidades do campo, a metodologia adotada proporcionou a formação de um grupo pesquisador atento a suas questões e desafios concretos, ampliando a rede de pessoas qualificadas para viabilizar uma proposta de (des)envolvimento centrada no fortalecimento e valorização cultural da Agricultura Familiar e dos Povos Tradicionais.

A continuidade do projeto terá como principais objetivos a socialização das informações e estudos de aprofundamento em temas não incluídos nos diagnósticos anteriores ou que são considerados prioritários. Os resultados serão amplamente difundidos aos gestores e órgãos públicos, e organizações sociais do Território.

4 Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R. *Representatividade e Inovação*. Texto para discussão apresentado no Workshop Internacional: Estratégias de Combate a Pobreza Rural : Situação Atual e Perspectivas. Campinas. 21 a 23 novembro de 2005. UNICAMP/IICA.

ARMICOPA - Associação Regional Mucuri de Cooperação dos Pequenos Agricultores. *Diagnóstico Participativo da Agricultura Familiar do Território do Vale do Mucuri - MG*. Teófilo Otoni, s.n.p, 2005.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Secretaria do Desenvolvimento Territorial. *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - Guia para o Planejamento*. Brasília: MDA/SDT, 2005. (Documento de Apoio 2).

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *Contagem populacional*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007

FAVARETO Paradigmas do desenvolvimento rural em questão - do agrário ao territorial. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo.

LITTLE, P. E. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Série Antropologia n. 174. Brasília: Departamento de Antropologia. 2002.

SAYAGO, D. Os Conselhos de Desenvolvimento Territorial: entre a participação e a representação. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 1, p. 2, 2007.

SOUZA, M. L. *Desenvolvimento de comunidade e participação*. São Paulo: Cortez, 1996.